

**ESCOLA PROFISSIONAL DA CSN:
Educando para o trabalho na Era Vargas**

Simone Alves de Medeiros¹

RESUMO

A política efetivada durante o Estado Novo (1937-1945), implantada por Getúlio Vargas autoritariamente, sem grandes mobilizações sociais, representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo interesse imediato era o de promover a industrialização no país. Portanto, a preocupação maior se deteve na organização do ensino industrial e no estabelecimento da indústria de base, substituindo as importações. Esta política visava formar um novo tipo de trabalhador que pudesse atender às exigências econômicas, sociais e ideológicas do sistema capitalista de produção. Porém, ratificou também, sua posição diante da escolha de escola que se formou, respondendo assim à ideologia presente no modo de produção capitalista. A CSN, a ETPC e sua cidade, foram consideradas por Vargas modelos de trabalho e progresso para toda nação, pois formavam o trabalhador eficiente, capacitado e disciplinado.

Palavras-chave: Era Vargas. Política Educacional. Escola Profissional da CSN.

ABSTRACT

The policy effective during the ESTADO NOVO (1937-1945), introduced by Getúlio Vargas dogmatically, without significant social mobilization, represented an alliance between civil and military bureaucracy with industrial burgership, that the primordial interest was to promote the industrialization in the country. So, the greater preoccupation was the organization of the industrial support, replacing the importations. That policy intended to make the new type of worker that could attend the economics, social and ideologics demands of the capitalism system of production. Vargas considered the CSN, ETPC and its city models of work and progress for the nation, because making an efficient, capable and disciplinated worker.

Keywords: Getulio Vargas. Educacional Policy. Csn Profissional School.

¹ Professora Mestre dos Cursos de Pedagogia e Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário Geraldo Di Biase – Volta Redonda/RJ

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais desenvolvidas no período “Era Vargas”, que predominou em nosso país de 1930-1945, afetaram, de forma decisiva, o ensino técnico-profissional, quando foram instituídos legalmente os decretos-lei:

- ✓ 4.073, de 30 de janeiro de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- ✓ 4.048, de 22 de janeiro de 1942 – Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI.²

Destacamos o artigo 67 do primeiro Decreto, pois contempla a criação das Escolas Profissionais, principalmente as que possuem vínculo direto com as indústrias que deveriam mantê-las. Ele dispõe da seguinte maneira:

Art. 67 – O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I – O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.

II – Os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional.

IV – As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinam, ou na sua proximidade.

A educação para o trabalho era contemplada de forma preponderante nesta legislação e exaltada por Vargas e seu Ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Neste período, Vargas desenvolveu através do seu governo o processo da industrialização no país, tendo como ponto máximo a criação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em 1941 (quando a mesma começou a ser construída).

² Mais detalhes, ver ROMANELLI, 1988, p.154-156.

Portanto, era preocupação do seu governo, a preparação do operário “padrão”, do trabalhador que responderia às necessidades deste processo de industrialização instaurado no país.

Contudo, ocorreu a impossibilidade do sistema de ensino da época oferecer, em sua totalidade, o ensino técnico-profissional, que tanto necessitava naquele momento, pois faltava recursos do governo para a construção destas escolas e do seu devido equipamento.

Destacamos este aspecto, pois o mesmo transferiu suas responsabilidades concernentes ao ensino para as próprias indústrias, tanto estatais como privadas. As mesmas deveriam qualificar os seus empregados preparando-os para atender às suas necessidades.

Posteriormente, com a criação do SENAI, essa relação ampliou-se e ratificou a posição do governo para com a educação para o trabalho.

O SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI e mantido pela contribuição das indústrias filiadas à ela.

Pretendemos, portanto, neste estudo, apresentar a Escola Profissional da CSN, como uma das escolas que se enquadraram nesta legislação, respondendo aos interesses do governo: “preparar o operário da indústria”. Destacamos a sua construção, seus objetivos diretos com a ideologia do Estado e sua parceria com o SENAI.

Defendemos, também, que esta escola constituiu-se em um aparelho de hegemonia³ utilizado pelo governo e pela burguesia para atingir às suas finalidades de produtividade e lucratividade, objetivando manter e desenvolver sua frente política, teórica e ideológica.

Esta pesquisa foi realizada por nós nos anos de 1999 e 2000, na cidade de Volta Redonda, onde estão localizadas a CSN e a ETPC – Escola Técnica Pandiá Calógeras, oriunda da antiga Escola Profissional da CSN.

I – ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO VARGAS

A educação nesse período possuía alguns aspectos bastante exaltados pelo governo. Eram eles: o civismo, o nacionalismo e o trabalho.

³ A hegemonia de uma classe significa sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais através da persuasão e da educação, esta entendida em seu sentido amplo. Gramsci enfatiza esta perspectiva afirmando que “Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”. (Rummert, 1986, p.27) Destacamos, neste trabalho, que o sistema escolar é um aparelho de hegemonia.

O objetivo principal da educação na Era Vargas era " formar indivíduos identificados com os interesses nacionais, integrados na tarefa de fazer do Brasil uma grande nação".

Nação esta já idealizada pelo governo, sem ter qualquer influência da população, sempre as decisões vindo de cima para baixo, destacando-se as suas legislações que beneficiavam o governo e a classe dominante.

Nesse período, a escola era vista como uma miniatura da pátria.

Em documento oficial do governo, podemos refletir sobre a exposição proferida pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema:

[...] Assim, quando dizemos que a educação ficará ao serviço da Nação, queremos significar com ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado. [...] ⁴

Podemos destacar, nesta fala, que a educação pertencia ao Estado e a seus interesses. Deveria responder a sua ideologia e contribuir para a construção de determinada identidade social presente na época.

A escola primária, o ensino pré-vocacional e profissional eram destinados às classes menos favorecidas e era dever do Estado assumir tal responsabilidade.

Abaixo destacaremos as principais características da Reforma Gustavo Capanema (1942), apresentando suas contradições e destacando a manutenção da dualidade educacional, onde para uns resta o ensino profissional para logo em seguida ir trabalhar e ajudar a família e para outros há a oportunidade de cursar o ensino secundário (atual ensino médio) e atingir o nível superior, dedicando-se apenas ao estudo, para depois inserir-se no mundo do trabalho. São elas:

- ratificou o dualismo educacional já existente na Reforma Francisco Campos/1931-32, onde as camadas médias/superiores procuravam o ensino secundário e superior para

⁴ CAPANEMA, Gustavo. Apud SILVA, 1980, p.5.

ocuparem cargos na sociedade de prestígio e *status* social, enquanto que às camadas populares eram ofertadas as escolas primárias e profissionais para o exercício de um ofício;

- o sistema educacional promovia a discriminação social, ampliando a desigualdade;
- não foi estabelecida uma articulação entre o ensino primário e o médio;
- sistema de avaliação altamente seletivo e elitizado, atendendo aos interesses da classe dominante;
- atenção voltada para o ensino secundário que era de caráter propedêutico ao ensino superior;
- a maioria da população não chega ao ensino superior;
- criação do SENAI e do SENAC.

Na prática, a educação profissional continuou sendo uma educação voltada para as classes menos favorecidas, que buscavam no SENAI e em suas escolas profissionalizantes um meio mais rápido de conseguir ajudar a família com as despesas da casa.

Eles sabiam que a grande maioria saíria empregada, assim atendendo a necessidade imediata deles, não digo interesse, pois muitos destes eram obrigados a cursarem estas escolas para auxiliarem suas famílias, deixando de lado suas vontades e interesses pessoais.

Uma vertente importante que destacamos nessa política educacional é a educação voltada para o trabalho, enfatizando o papel das escolas profissionalizantes que preparam pessoal especializado para atuar nas indústrias.

Palavras do próprio Vargas destacam a importância dada ao ensino profissional no país: "Educar para o trabalho é fazer técnicos, é dar educação profissional à média da juventude, é tornar cada brasileiro um fator efetivo da economia nacional".⁵

A Escola Profissional da CSN foi criada em 1943, para atender a esse objetivo. Nos deteremos agora ao aprofundamento da história desta escola e como a mesma estava

⁵ Discurso de Vargas apresentado no vídeo "Volta Redonda ontem e hoje", 25 min./ Arquivo da Escola Técnica Pandiá Calógeras – ETPC, [s.d.].

vinculada à empresa que pertencia ao Estado, e como tal, vinculada à sua ideologia, contribuindo com eficiência na formação da identidade social de seus alunos.

Getúlio Vargas marcou a vida de muitos trabalhadores da CSN, principalmente os que fizeram parte da primeira geração de operários da usina, que chegaram à região na década de 1940. A figura de Vargas era a todo momento exaltada, pois ele representava a criação da CSN, da cidade e da Escola Profissional, pois a Reforma Educacional que enfatizava o ensino profissional foi desenvolvida em seu governo.

II – ESCOLA PROFISSIONAL DA CSN

Enquanto na usina se forja o aço, na Escola Profissional de Volta Redonda se prepara operário especializado, o homem de capacidade superior, que irá tirar do equipamento tudo quanto ele pode dar. A preparação do pessoal especializado, da mão-de-obra capaz, do operário convenientemente educado, é uma das atividades mais construtivas de Volta Redonda, e se processa na sua Escola Profissional.⁶

A partir da Escola Profissional da CSN (1944), a relação trabalho-educação começou a ser manifestada com a CSN, com o objetivo de qualificar os trabalhadores já inseridos na usina.

Com a transformação dos meios de produção e o aumento da industrialização, viu-se, contudo, a necessidade de operários especializados e treinados para suprir as exigências dos setores industriais e a CSN foi uma destas indústrias que investiu em educação para atender a este objetivo.

A Escola Profissional da CSN passa por modificações e uma delas foi o Acordo firmado entre a CSN e o SENAI em 1951 para ampliar e/ou criar cursos relacionados a indústria siderúrgica. Ele previa a implementação da assistência do SENAI dentro da escola. Cria-se então os Cursos de Aprendizagem Industrial (CAI).

Neste período, a Escola passa a ser vista como passaporte para a Usina Getúlio Vargas, disseminando uma determinada identidade do trabalho em seus alunos, que posteriormente, atenderiam às suas necessidades de produção.

Nesse sentido a Escola Profissional está amplamente ligada à CSN e tem como objetivo

⁶ Jornal O Lingote, 25/06/1953.

imediate não somente fornecer os profissionais dos quais a empresa necessitava e contribuir para o seu desenvolvimento, mas educá-los no espírito da empresa, para que os mesmos estejam “sintonizados” com a cultura da CSN, facilitando assim a “integração” destes nos diversos postos de trabalho que certamente irão compor ao saírem da escola. Era necessário se construir uma identidade vinculada à empresa.

Para resolver seus primeiros problemas referentes à mão-de-obra qualificada e especializada, em 1943, a Companhia Siderúrgica Nacional construiu, no bairro do Jardim Paraíba, um pavilhão de madeira destinado a desenvolver as atividades de qualificação de seus empregados. Com instalações improvisadas e pouca infra-estrutura, foi fundada em 19 de abril de 1944 a **Escola Profissional da CSN**.

A sua construção foi feita no Acampamento dos Trabalhadores para garantir o melhor acesso de seus empregados às aulas. Neste período tudo girava em torno da construção da usina. Os trabalhadores passavam mais tempo trabalhando e estudando (alguns) e quando iam para o Acampamento e para as poucas casas que existiam era somente para descansar.

Um dos entrevistados nos relata sobre este tempo, pois o mesmo chegou em 1941 para compor o 1º grupo de trabalhadores da usina. “A Escola Profissional da CSN naquele tempo era um barracão de madeira, sem água encanada, como em nossas casas, não tinha assoalho, não tinha nada”.⁷

As dificuldades eram muitas, principalmente relacionadas aos primeiros trabalhadores que aqui chegaram. Destaca o jornal O Lingote, de junho de 1965:

Os trabalhadores que afluíam ao local da Usina eram improvisados em carpinteiros-armadores e pedreiros, a fim de que as ciclópicas colunas de concreto, que hoje sustentam as grandes tonelagens de aço, fossem logo levantadas. As primeiras dificuldades do operário começaram a surgir desde o início, mas foram consideravelmente agravadas quando as tubulações de gás, de vapor, e a montagem das primeiras unidades se encaminhavam para entrar em fase de operação, esperada para 1945.

De acordo com dados de Motoyama (1994, p.226/227), com a intensificação do processo de industrialização, principalmente da indústria siderúrgica, escolas e cursos foram criados pelo país, mas não foram suficientes para sanar as necessidades da época. Em 1930 foi criado o curso de Metalurgia na Escola Técnica do Exército, seguindo a tradição francesa a partir de

⁷ A.M.. Entrevista concedida.

1949. Nesta mesma década foram renovados os cursos de Engenharia Mecânica na Escola Politécnica de São Paulo. Segundo Macedo Soares, nestas escolas e nas de engenharia do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, Porto Alegre e Itajubá, formaram-se os primeiros engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam trabalhar nas primeiras grandes usinas, destacando-se a CSN.

A CSN empregou 127 destes engenheiros, além de 55 técnicos americanos e sete mil trabalhadores neste período.

O treinamento profissional se efetuava no interior dos canteiros de obra da usina e os trabalhadores iam "aprendendo fazendo" e se adaptando às máquinas, podendo até dizer que era um sistema de aprendizagem baseado na "prática".

Para resolver este problema em curto prazo, foi construída a Escola Profissional da CSN, para que pudesse através de cursos rápidos treinar seus trabalhadores para as funções das quais ela necessitava naquele momento. Os primeiros cursos dados nesta Escola tiveram como seus professores os engenheiros mestres, desenhistas e funcionários de escritório já existentes na Companhia. A mesma estaria à disposição da Companhia para atendê-la em seu interesse máximo: formar pessoal especializado para que a construção da usina continuasse no mesmo ritmo adotado desde o início, a todo vapor, sem interrupções.

A Escola entregava à usina quatro meses após sua inauguração a primeira turma composta de 18 operários, qualificados como soldadores e enviados em julho de 1944 à soldagem de tubulação de gás, bem como à montagem do Gasômetro e da Coqueria. Em maio de 1945, a escola forma uma turma composta de sete encanadores e em dezembro do mesmo ano, mais 23 soldadores elétricos que foram colocados à disposição da usina. Foram então organizados novos cursos, por vezes em substituição a outros, cujas habilitações não eram mais necessárias, como, por exemplo, a de soldador elétrico. Os outros cursos foram: operadores da Aciaria, Coqueria, Alto-forno, Laminação e mais tarde Fundição.

A própria nomenclatura dos cursos sinalizados evidencia seu caráter imediatista, como cursos específicos da área da siderurgia. Certamente a proposta pedagógica da Escola era o de *"preparação para o trabalho imediato"*, atendendo a política presente no governo Vargas.

Certamente para a Companhia estes cursos eram considerados de enorme eficácia, pois atendiam às suas necessidades imediatas e ampliavam a ideologia de desenvolvimento

industrial da época. Desenvolvimento este que mostrava-se eficiente aos olhos do governo, que controlava o tempo de construção de sua maior usina. Nesse sentido, podemos depreender que a Escola atendia aos interesses do governo e, conseqüentemente, à ampliação do capital.

Gramsci já nos alertava sobre os perigos que a escola voltada somente para determinada função específica poderia acarretar para a sociedade: “A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos num ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com olhos infalíveis e uma mão firme” (GRAMSCI Apud Manacorda, 1990, p. 29).

Essa crítica a uma escola limitadora do desenvolvimento humano, que produz, como ele diz, "homens pela metade", pode avançar, e muito, dentro de um sistema capitalista que visa a ampliação e a manutenção do capital a "qualquer custo". Nas inúmeras escolas profissionais e/ou escolas de empresa podemos verificar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, deixando de existir uma pedagogia que forme "homens completos", buscando uma relação positiva entre a "educação e a instrução", entre a "escola humanística e a escola profissional".

Até aproximadamente 1945/46 a escola atendia somente aos empregados da usina, mas a partir desta data, mudanças ocorreram e foi instituído o *Curso de Adaptação aos trabalhos da Usina* para jovens de 17 a 23 anos que já houvessem concluído o Curso Industrial ou o antigo Ginásio.

Esse curso visava, segundo o jornal da época O Lingote, de junho de 1965:

...dar ao aluno uma cultura profissional sólida e aos que nele ingressassem a CSN garantia salário suficiente para as despesas particulares, além de fornecer-lhes alojamento higiênico e confortável, refeições e assistência médica, dentária e hospitalar (Grifos nossos).

É necessário questionarmos que *cultura profissional sólida* seria essa? Não deixando de frisar a presença marcante de uma ideologia paternalista por parte da empresa que "mantinha" este aluno, sanando suas necessidades básicas. Muitos destes alunos vinculavam à CSN a este "paternalismo", dedicando-se ao máximo para atendê-la, pois achavam que "deviam" muito a ela.

Era mantido um sistema de internato e fazia-se presente um sistema de educação altamente

classificatório; sua avaliação era rígida e baseava-se em critérios e objetivos previamente estabelecidos pela usina. Deste curso saíram os primeiros supervisores que preparariam os outros menos "treinados" no trabalho técnico. E alguns destes alunos foram aproveitados pela própria Escola e se tornaram seus professores formando novos operários especializados.

Neste período a escola técnico-profissional era valorizada pelo Governo e pelo povo, pois a ela era vinculado o mundo do trabalho. “A velha aprendizagem artesanal desapareceu, e o vazio por ela deixado foi ocupado pelo ensino elementar e técnico-profissional e pelo novo aprendizado do trabalho representado pelas escolas de fábrica” (TAYLOR Apud Braverman, 1987, p. 22).

Nesta citação destacamos dois tipos de aprendizagem, a artesanal, onde o "aluno" conhecia o seu equipamento, as etapas de produção e o produto a ser feito, não havendo separação entre o fazer e o pensar. Não havia necessidade do curso ser rápido, não possuía movimentos repetitivos que contribuem para a alienação deste aluno-trabalhador e havia também envolvimento entre o aluno e seu mestre. Muitas vezes essa aprendizagem era e é passada de geração à geração. A outra aprendizagem é a profissional, que já destacamos nesta parte, via construção do perfil da Escola Profissional da CSN, onde existe a divisão entre o saber e o fazer, a rapidez do treinamento é presente e o conhecimento limitado voltado para cursos rápidos de especialização.

A separação entre o fazer e o pensar, quando se efetiva, faz com que o trabalhador já não seja mais um profissional, mas um objeto humano nas mãos da gerência, do planejador, que coloca e tira de acordo com os interesses solicitados pela empresa.

Durante o período de 1945 a 1947, foram preparadas, no sistema de internato, quatro turmas num total de 37 alunos. Porém, este sistema não foi em frente, pois os gastos eram muito altos e a empresa dizia que era necessário investir nos jovens moradores da cidade, em lugar de buscar alunos que não faziam parte da "família siderúrgica". Com o objetivo de fixar seu empregado, em 1948, a CSN substituiu o regime de internato por cursos de externato, destinados a operários e filhos de operários que dividiam seu tempo entre a família, a usina e a Escola Profissional.

A empresa queria alunos que fossem já vinculados à Volta Redonda. Novamente podemos notar a presença da política paternalista de querer transformar a cidade em "sua" cidade. Seria mais fácil desenvolver toda uma ideologia se a CSN pudesse controlar/vigiar/planejar a

Escola, o espaço de trabalho e o cotidiano social que neste tempo era praticamente mantido por ela.

A primeira turma de alunos menores de 18 anos, filhos de operários da CSN, foi constituída em 1947. Desse ano até 1951, funcionaram dez turmas dos chamados *Cursos Industriais*. Para ingressar neste curso era necessário ser filho de operário da usina, ter 14 anos e passar numa prova de escolaridade com o nível do antigo primário. No início, havia um termo de responsabilidade que deveria ser assinado pelo pai, pela direção da Escola e pela direção da CSN, onde havia um comprometimento do pai com a empresa para que seu filho não “desapontasse” a empresa e tivesse responsabilidade para com a sua aprendizagem.

Este curso possuía vínculo direto com a CSN, pois o aluno já era efetivado, recebendo um salário para estudar, já contando tempo de serviço, pois a carteira já era assinada, por isso, muitos empregados da CSN se aposentaram "cedo" devido a este vínculo de aluno-operário.

Estamos falando de um período onde a CSN já tinha sido inaugurada (1946) e precisava mostrar serviço e lucro para o país que tanto tinha investido em sua construção. Esta era a ideologia desenvolvida naquele momento pela empresa e pela mídia (mesmo escassa) do país.

Devido ao crescimento de seus cursos e, conseqüentemente, do número de alunos, a empresa viu-se na necessidade de aumentar o espaço físico de sua escola e providenciar mais equipamentos para os cursos que iam sendo criados de acordo com a expansão da usina. Assim, em 1946, começa a ser construído um prédio para substituir o antigo barracão. Em 1950, a Escola muda-se, então, para a Praça Pandiá Calógeras, tendo por Diretor o professor José Furtado. O seu espaço físico abrange três andares de construção. A escola permanece no mesmo endereço até os dias atuais e ainda continua sendo considerado um dos mais belos prédios da cidade. Destacamos a imponência do prédio para aquela época, além de destacarmos que a localização da mesma favorecia o acesso dos alunos, pois ela ficava na Vila Santa Cecília (vila operária), primeiro bairro idealizado pela CSN, que atendia (em sua grande maioria) aos técnicos da mesma.

Podemos ver que a Escola Profissional da CSN passou por muitas mudanças, não somente na sua estrutura física, mas na sua organização, criando novos cursos e ampliando os níveis de ensino, seguindo sua própria metodologia. Mas um objetivo foi seguido e por ela não foi modificado: preparar mão-de-obra especializada para a CSN. A essência de seu ensino continuou, portanto, a mesma, "*colocar a pessoa certa no lugar certo*" desde sua criação em

1943 até 1951.

IV – PARCERIA CSN-SENAI

A formação de especialistas de bom nível tornou-se tão complexa que dificilmente poderá ser feita nas próprias fábricas, sobretudo na grande maioria, que possui menos de 500 empregados. Só escolas organizadas convenientemente podem fazê-lo. E este tem sido o papel do SENAI: reunir os meios de todos para formar técnicos para todos.⁸

O SENAI era considerado por Macedo Soares uma solução rápida e de grande eficácia para a formação de mão-de-obra especializada na área de siderurgia para o desenvolvimento industrial do país. Ele foi criado em 1942, no governo de Vargas, na época em que o Brasil vivia uma ditadura, obteve sua legalização pelo decreto-lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, já citado anteriormente.

Uma das características que marcaram este período histórico foi o aparecimento de indústrias no país e juntamente a elas se faziam necessários especialistas em diversas áreas de atuação industrial e uma delas foi no campo da siderurgia com a construção da CSN em 1941. Não havia pessoas formadas para atuar nesse campo e o SENAI teve como meta maior preparar operários para a indústria do nosso país, estabelecendo um ensino paralelo ao ensino da rede pública oficial.

Claramente era posta uma divisão no ensino, pois o SENAI não fazia parte do ensino oficial, podemos dizer que era uma medida de emergência do governo para solucionar o problema de falta de trabalhadores especializados para as indústrias.

Na prática, a educação profissional continuou sendo uma educação voltada para as classes menos favorecidas, que buscavam no SENAI e em suas escolas profissionalizantes um meio mais rápido de conseguir ajudar a família nas despesas da casa.

No ano de 1951, a CSN assinou o primeiro Termo de Acordo entre o SENAI e a CSN para atuar em sua escola, a ETPC. Assinaram-no o General Sylvio Raulino de Oliveira pela empresa, e o Engenheiro Euvaldo Lodi pelo SENAI e então presidente da CNI. Mediante esse acordo, a CSN passou a reter até 80% de sua contribuição devida ao SENAI com o fito de

⁸ Fórum Roberto Simonsen, SP: 1964: p.12.

utilizar esses recursos na qualificação profissional de seus trabalhadores.

Em 30 de março de 1955, na 703ª sessão ordinária da diretoria da CSN, o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, assinou uma resolução que, entre outras providências alterou a antiga denominação de Escola Profissional para Escola Industrial Pandiá Calógeras. Sob este acordo CSN/SENAI é que se instalaram os Cursos de Aprendizagem Industrial (CAI), destinados a menores de 14 a 18 anos, cuja a primeira turma, com sete alunos, concluiu o curso em 1953. Em 1955 foi criado o Curso Industrial Básico (CIB) com duração de 4 anos. O aluno recebia o diploma de conclusão do 1º grau, formando em tornearia, ajustagem mecânica, eletricidade, calderaria e fundição. Passava por todas as oficinas, mas especializava-se somente em uma delas. O seu currículo era composto de matérias de educação geral, específica/profissional e a carga horária prática/oficinas.

Na primeira parte deste estudo já mostramos um destes cursos que foi colocado em prática na Escola Profissional da CSN, que foi o Curso de Aprendizagem de Ofício (CAO).

Podemos concluir que o SENAI representou a qualificação em massa na indústria brasileira, quando através de convênios firmados entre sua instituição e indústrias eram desenvolvidos diversos cursos para atender as necessidades emergentes do mercado. Assim ocorreu entre a CSN e o SENAI através do espaço cedido pela EIPC para a realização de seus cursos profissionalizantes.

Frigotto destaca em seu artigo sobre o SENAI que:

A preocupação da formação do "bom trabalhador" parece patentear-se em todos os aspectos do que se passa no interior da fábrica-escola-SENAI, a começar na relação máquina, aprendiz, instrutor, passando pelo próprio método individualizado de aprendizagem, e se explicitando em todos os momentos vividos na organização SENAI. O "ensinar fazendo"... o fazer poucas coisas, - "o que serve", o "fazer bem feito", - o preciosismo, carregam em si mais que traços de qualificação técnica traços de um amoldamento a determinadas relações de trabalho. O que serve não é outra coisa senão aquilo que é historicamente ditado pela divisão do trabalho no interior da fábrica (FRIGOTTO, 1983, p. 42).

O título do artigo citado é "*Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador*", definindo bem o papel do SENAI de difusão de determinada ideologia que privilegia objetivos da classe dominante. Formando mãos, deixando de lado a formação de mentes que soubessem discernir a política da educação no Brasil vinculada ao processo de trabalho capitalista.

Segundo documento do SENAI⁹, datado de 1976, os operários da siderurgia, até meados de 1930, possuíam as seguintes características:

- ✓ inexistência de divisão de trabalho em termos precisos; as ocupações eram despersonalizadas, desempenhadas por operários do tipo "pau para toda obra";
- ✓ aprendizado empírico dos conteúdos das ocupações, confundindo-se com o período de adaptação ao cargo e desenvolvido nas próprias instalações das usinas, segundo a técnica de ver fazer para depois fazer;
- ✓ oferta de mão-de-obra escassa, e composta essencialmente por contingentes de pessoal sem qualificação, em sua quase totalidade analfabetos e semi-analfabetos, egressos do setor primário;

As características citadas fizeram-se presentes no período de implantação da CSN em Volta Redonda, de 1941 a 1946. Nessa fase, os trabalhadores foram escolhidos pelo que sabiam fazer e a facilidade que tinham de aprender as tarefas. Foi uma fase de treinamento e seleção de pessoal para continuar dentro da usina quando esta começasse a funcionar.

A chance de obter um salário enquanto estudava era um grande atrativo para as classes trabalhadoras, enquanto que para os segmentos médios, este tipo de ensino não era interessante, pois estes escolhiam o ensino secundário (clássico ou científico) para seguir seus estudos até atingirem o ensino superior. Eles não precisavam combinar trabalho e estudo, como acontecia com a maioria das pessoas que pertencia à camada popular. Grande parte dos alunos que ingressavam nos cursos oferecidos pela Escola Profissional, já tinham pré estabelecido o ingresso no mundo do trabalho assim que concluísse o curso. Portanto, a oportunidade de dedicação exclusiva ao estudo era negada pela desigualdade social já presente em nosso país e ratificada também pela dualidade educacional.

Gramsci, contrário a este tipo de dualidade educacional, destaca em seus escritos o quanto ela é mantenedora de privilégios:

A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais diante da cultura. O Estado não deve pagar com o dinheiro de todos a escola para os medíocres e

⁹ MOREL, Regina, 1989.

deficientes, mas filhos dos abastados, enquanto exclui dela os inteligentes e capazes, porque filhos de proletários (GRAMSCI Apud Manacorda, 1990, p. 25).

Gramsci defende a cultura como um direito de todos e a igualdade de educação para todos, não importando sua classe social, mas sua capacidade de pensar e de ser humano. Certamente ele seria contrário ao modelo pedagógico pensado e mantido pelo SENAI, pois este privilegia a dualidade educacional já existente na própria legislação educacional da época.

Em seus escritos, Gramsci, constantemente levanta a problemática da "profissionalização precoce", onde o indivíduo é treinado para desempenhar determinada tarefa da melhor maneira possível, sem erros e com precisão, deixando de lado a sua formação geral e voltada para o humano como um ser social completo, desenvolvendo toda a sua potencialidade. Ele defende uma cultura de *"formação do espírito e, como tal, "desinteressada" ("a cultura entendida em sentido humanístico é uma alegria e satisfaz por si mesma").* GRAMSCI Apud Manacorda, 1990, p.27.

Uma escola que forme "homens completos" e não "homens pela metade".

Nesta parte procuramos traçar as principais características dos cursos que foram sendo criados na Escola Industrial Pandiá Calógeras até 1955 aproximadamente, que afetaram decididamente a formação da identidade destes futuros profissionais.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que as políticas educacionais do período Vargas ratificaram e alargaram a dualidade do ensino existente em nosso país, já que construiu uma política paralela ao ensino oficial, ou seja, as escolas profissionalizantes, destacando-se as vinculadas à política do SENAI.

A Escola Profissional da CSN, apresentada neste estudo, foi uma mostra concreta de tais realizações firmadas neste período que foram desenvolvidas no decorrer das décadas seguintes.

A exaltação do trabalho devido ao processo de industrialização implantado no país fez com que o ensino técnico-profissionalizante surgisse de forma valorizada, porém desestruturada, já que atendeu às questões emergentes, deixando de lado mais uma vez, as questões estruturais,

pois não foi pensado um ensino voltado para a formação integral de seus alunos, mas sim, uma educação parcial, formando “homens pela metade”.

De acordo com Gramsci, estas escolas não privilegiam a formação integral de seus alunos, formando-os para atender às necessidades da hegemonia dominante, por isso sendo um aparelho de hegemonia juntamente a tantos outros, como os meios de comunicação, a arquitetura da cidade, a igreja e a organização cultural. Porém, em seus estudos ele nos propõe um outro tipo de educação, na qual acreditamos, e que ainda não se fez presente em nossas políticas públicas. Gramsci propôs uma educação centrada na idéia de escola unitária, a que realiza, numa mesma grade curricular, a união entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Uma escola que pudesse superar a divisão entre escola humanista para as elites e escola profissional para os trabalhadores. Uma escola que rompesse com a divisão do ensino para formar futuros dirigentes e ensino para formar os futuros trabalhadores (trabalho simples) e portanto, na sua grande maioria, dirigidos. Uma escola onde não houvesse a presença da divisão entre os que planejam e os que executam.

Nos fica claro, através desta pesquisa, que a Escola Profissional da CSN, contribuiu concretamente e com eficiência para o desenvolvimento da usina, formando pessoas qualificadas para atender às exigências da siderurgia. Porém, ratificou também, sua posição diante da escolha de escola que se formou, respondendo assim à ideologia presente no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. RJ: Guanabara, 1987.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil** – uma perspectiva histórica. SP: UNESP, 1994.

MOREL, Regina Lúcia de M. **A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica” – o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. SP, 1989. 493 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. RJ: Vozes, 1988.

RUMMERT, Sonia Maria. **Os meios de comunicação de massa como aparelho de hegemonia**. RJ, 1986. 314 p. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas.

